



Comprovante de Publicação

Nº: 19895

Data/Hora Veiculação: 08/04/2014 15:54

Ato: **ATA DA REUNIÃO PREPARATÓRIA DA 2ª CONFERÊNCIA PÚBLICA MUNICIPAL DO PLANO DIRETOR DE ARAUCARIA**

Assunto: **REUNIÃO PREPARATÓRIA DA 2ª CONFERÊNCIA PÚBLICA MUNICIPAL DO PLANO DIRETOR DE ARAUCARIA**

Tipo: **Ata**

Órgão 1: **Prefeitura do Município**

Órgão 2: **CMPD - CONSELHO MUNICIPAL DO PLANO DIRETOR**

**Ementa: Aos vinte seis dias do mês de março do ano de dois mil e catorze, às nove horas, no Auditório do Paço Municipal situado na Rua Pedro Druszc, nº111, realiza-se a Reunião Preparatória, tendo presentes representantes do poder público municipal, conselheiros do Conselho Municipal do Plano Diretor, técnicos de engenharia e arquitetura, representantes de imobiliárias, representantes de construtoras, representantes de associações de classe, representantes de associações de moradores e demais entidades, conforme Lista de Presença em anexo. O Sr. Fábio Alceu Fernandes, Secretário Municipal de Planejamento, faz a abertura da reunião, cumprimentando e agradecendo a presença de todos, convidando a participar da 2ª Conferência Pública Municipal do Plano Diretor de Araucária e explicando sobre a importância da participação de toda a sociedade.**

Identificação:

**1316/2014**

Data

Publicação :

**09/04/2014**

**Completo**

Reunião Preparatória ? 26/03/2014 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31 32 33 34 35 36 37 38 39 40 41 42 43 44 45 46 47 48 49 Aos vinte seis dias do mês de março do ano de dois mil e catorze, às nove horas, no Auditório do Paço Municipal situado na Rua Pedro Druszc, nº111, realiza-se a Reunião Preparatória, tendo presentes representantes do poder público municipal, conselheiros do Conselho Municipal do Plano Diretor, técnicos de engenharia e arquitetura, representantes de imobiliárias, representantes de construtoras, representantes de associações de classe, representantes de associações de moradores e demais entidades, conforme Lista de Presença em anexo. O Sr. Fábio Alceu Fernandes, Secretário Municipal de Planejamento, faz a abertura da reunião, cumprimentando e agradecendo a presença de todos, convidando a participar da 2ª Conferência Pública Municipal do Plano Diretor de Araucária e explicando sobre a importância da participação de toda a sociedade. Explana que em reunião realizada recentemente, as imobiliárias expuseram a dificuldade que os empreendedores têm encontrado em se instalar em Araucária, o que os tem levado a procurar outros municípios. Justifica que o enxuto corpo técnico e o prazo demandado inviabilizam a revisão do Plano Diretor no momento, o que ocorrerá em futuro próximo. O Sr. Fábio ilustra que atualmente o empreendedor não consegue implantar o projeto que almeja, mas apenas atender e se adequar ao que a lei determina e que a zona residencial não apresenta diferenciação no município. Explica que as adequações propostas abrangem a legislação de forma geral, sem tratar casos pontuais. Elucida que o material que trata das adequações deverá ser disponibilizado no site do município a partir de sexta-feira, permitindo a análise dos técnicos e sociedade civil que poderão contribuir com sugestões. O Sr. Fábio agradece a presença dos técnicos da Secretaria Municipal de Planejamento, da Secretaria Municipal de urbanismo e dos conselheiros do Conselho Municipal do Plano Diretor. Chama a Sra. Fabiana para realizar a apresentação e explica que ao final serão feitos os questionamentos. A Sra. Fabiana inicia a explanação, justificando porque não será feita a revisão do Plano Diretor de Araucária. Reitera a importância da participação da sociedade na 2ª Conferência Pública Municipal do Plano Diretor de Araucária e explica que a sociedade civil organizada terá direito a voto participando como delegado durante a conferência. Inicia a apresentação falando sobre o histórico do Plano Diretor de Araucária e de suas leis integrantes. Na sequência, relaciona os pontos que passarão por adequações e os que não sofrerão ajustes, justificando-os. Observa que as propostas a serem apresentadas e sugeridas podem não ser aprovadas em sua totalidade, pois dependem do resultado da votação a ser realizada na conferência. O Sr. Reginaldo questiona a implantação de unidade habitacional em ZPA tendo em vista a cota de alagamento. A Sra. Fabiana esclarece que a unidade habitacional não poderá ser implantada abaixo da cota de alagamento e que há áreas que se encontram nesta situação. O Sr. Mário Torres ressaltou que há imprecisão na ZPA, que não há memorial descritivo delimitando a zona e que este é um trabalho muito difícil. O Sr. Walter Gustavo enfatiza que um diagnóstico do plano diretor poderia identificar a cota de alagamento. O Sr. Reginaldo questiona se para a definição do subsolo será considerado o tipo de solo, respondendo afirmativamente a Sra. Fabiana. O Sr. Elias acrescenta que a engenharia permite concretizar qualquer construção e no caso do subsolo haverá um responsável técnico pelo projeto. Em relação aos condomínios, o Sr. Elias expõe que as pessoas os confundem com parcelamentos, explicando suas diferenças. O Sr. Paulo Horácio pergunta o que a lei considera em termos de área institucional para condomínios. A Sra. Josiane responde que a lei trata de parâmetros para construção de forma geral. O Sr. Walter Gustavo explica a diferença entre densidade, regime condominial e parcelamento. O Sr. Fábio esclarece que o conjunto habitacional será regulamentado como um todo. O Sr. Reginaldo elucida o motivo para a zona residencial ter sido definida como única dizendo que na lei anterior, quando havia diferenciação, a situação não se consolidou. A Sra. Fabiana fala que

a zona residencial sem diferenciação também não se consolidou e o Sr. Reginaldo responde que há necessidade de fazer um estudo sobre o assunto e que no Reunião Preparatória ? 26/03/2014 50 51 52 53 54 55 56 57 58 59 60 61 62 63 64 65 66 67 68 69 70 71 72 73 74 75 76 77 78 79 80 81 82 83 84 85 passado não houve tempo. O Sr. Fábio lembra que mudanças maiores demandam estudos mais complexos como de densidade, infraestrutura, entre outros, os quais somente podem ser realizados na revisão do Plano Diretor. O Sr. Mário Torres questiona a respeito da alteração de altura das edificações para a zona comercial e citou outros municípios da região metropolitana de Curitiba como exemplo. Fabiana justifica que grandes alterações demandam estudos que implicam na contratação de outros profissionais e que atualmente o município não tem condições de fazê-lo. O Sr. Walter Gustavo completa que mesmo havendo algumas regiões que permitem o adensamento, o município não pode criar ilhas mais densas que comprometam a infraestrutura da cidade. Em relação às vias que possuem zoneamentos distintos para cada lado da rua, o Sr. Fábio esclarece que a adequação deste ponto da lei já está prevista. O Sr. Walter Gustavo exemplifica que o incremento de um pavimento na zona residencial implica no aumento aproximado de 33% na demanda da infraestrutura. A Sra. Fabiana cita os vazios urbanos e relata que o problema deverá ser resolvido futuramente. Quanto à conferência, o Sr. Walter Gustavo lembra que os responsáveis devem atentar ao Art. 40 do Estatuto da Cidade quanto aos prazos. A Sra. Fabiana responde que estes já estão sendo atendidos. O Sr. Rodrigo Del Claro fala da importância da implantação do IPTU Progressivo. A Sra. Fabiana explica que o tema não será discutido na conferência, entretanto há previsão de regulamentação do IPTU Progressivo, assim como do Potencial Construtivo e dos Estudos de Impacto de Vizinhança. O Sr. Mário Torres questiona sobre o Setor de Serviços quanto ao recuo de 15 metros. A Sra. Josiane esclarece que esta alteração será discutida na conferência. O Sr. Mário Torres pergunta a respeito do horário de funcionamento de bares. O Sr. Fábio responde que a Secretaria Municipal de Finanças está resolvendo a questão. Questiona-se a forma de participação dos profissionais na conferência. A Sra. Fabiana explica que o profissional deve procurar a entidade de classe ou sindicato para buscar a indicação para delegado. O Sr. Paulo Horácio questiona a aplicação do IPTU Progressivo e o Sr. Fábio elucida que a base de cálculo para o mesmo deverá ser revista. O Sr. Walter Gustavo expôs que desde a criação do Estatuto da Cidade, apenas atualmente os municípios estão obtendo resultados do IPTU Progressivo, mas que os mesmos ainda não fazem uso do Direito de Preempção. O Sr. Rodrigo Del Claro pondera que para o empreendedor não compensa a alteração de três para quatro pavimentos na zona residencial. O Sr. Elias enfatiza a importância da participação da sociedade na conferência. A Sra. Josiane pede aos técnicos que encaminhem sugestão por escrito através da ficha de sugestões ou por correio eletrônico. O Sr. Acyr de Almeida Torres lê uma carta e entrega um manifesto de 18 páginas. Não havendo mais questionamentos, o Sr. Fábio Alceu Fernandes agradece a presença de todos e encerra a reunião preparatória às 11 horas. Nada mais a relatar eu, Natália Mealha Cabrita lavrei e assino a presente ata. ARAUCARIA PREFEITURA MUNICIPAL:80721168949 Assinado de forma digital por ARAUCARIA PREFEITURA MUNICIPAL:80721168949 DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Caixa Economica Federal, ou=AC CAIXA PJ-1 V1, cn=ARAUCARIA PREFEITURA MUNICIPAL:80721168949 Dados: 2014.04.08 10:12:33 -0300